

Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha

Trajetórias sociais e investimentos escolares

Marcos Botton Piccin

Introdução

As ciências sociais brasileiras costumam situar no início da segunda metade do século XX uma relativa decadência econômica das elites agrárias, como no caso dos senhores de engenho (Garcia Jr., 1989), ou política, como no caso dos barões do café (Stolcke, 1986). Os senhores de terra viram diminuídas suas influências sob a vida política nacional e clientelas de subordinados em seus domínios fundiários. A relativa decadência econômica e política passa a caracterizar a imagem dos grandes proprietários de terra, sobretudo a partir da Revolução de 1930, em que pese esta ter sido conduzida por filhos das elites agrárias de estados secundários na Federação (Garcia Jr. 2007). É notadamente a partir daí que temos um Estado e uma economia nacional, em que o Brasil surge como “país do futuro” (Zweig, 1941), dadas as transformações que começavam a ocorrer.

Inversamente às trajetórias coletivas de descenso relativo daquelas elites agrárias, os grandes proprietários de campos do sul do Brasil, criadores de gado extensivo, cujos domínios são chamados de *estâncias* e de *estancieiros* os seus *senhores*, possuem uma trajetória ascendente tanto econômica quanto politicamente, em que seus integrantes passam a ocupar os principais postos de mando da política nacional e da burocracia do Estado (Love, 1975; Piccin, 2012, pp. 212-220). Foi a partir de 1930 que as antigas charqueadas foram

substituídas por uma rede de cooperativas-frigoríficos dirigidas pelos próprios estancieiros (Pesavento, 1980). Os significados da mudança de estabelecimento para o beneficiamento da carne ultrapassam o fato de que os estancieiros é que passaram a controlar o preço ofertado ao gado do produtor. A própria natureza da inserção nas relações entre as elites agrárias nacionais mudou – antes, produtoras de charque destinado à alimentação das classes trabalhadoras das lavouras de exportação, açúcar e café; agora, produtoras de carne frigorificada destinada às classes médias e altas urbanas. A inserção como subsidiários às principais lavouras de exportação do país nunca poderia dar o mesmo prestígio dos senhores do açúcar ou dos barões do café, produtos cujo consumo europeu sempre se iniciou em círculos restritos da nobreza ou das classes mais abastadas (Mintz, 2003). Os estancieiros viram-se então libertos da submissão imposta por outras frações da classe dominante que precisavam garantir uma cesta de produtos barata para o aumento da extração da mais-valia de seus explorados via compressão do salário. Assim, passaram a ofertar no mercado artigos de consumo de luxo em uma conjuntura de aumento da demanda interna e externa, haja vista os processos de urbanização no pós-guerra.

Este artigo analisa como os investimentos em relações sociais e em recursos educacionais constituíam uma estratégia de aumento do capital simbólico, e não para fugir do descenso social devido à crise econômica dos domínios fundiários de suas famílias, como no caso nordestino no mesmo período (Miceli, 1979; Garcia Jr., 1989; 2007). No Nordeste deu-se uma diferenciação no interior da classe dirigente entre *senhores de engenho* e *usineiros*, em que a reconversão de trajetórias dos primeiros e de seus descendentes tornava-se uma estratégia para fugir do declínio com a ascensão das usinas. No caso rio-grandense ocorre o contrário: a divisão entre *estancieiros-charqueadores*, mais bem posicionados nos postos de comando do Estado, e os *estancieiros que só criavam* deixou de existir depois que houve a constituição por subvenção pública da rede de cooperativas-frigoríficos (Piccin, 2012, p. 131).

Assim, o sentido dos investimentos escolares dos estancieiros perpassa pelo fato de ser uma elite em ascensão econômica que busca maior legitimidade social. É possível afirmar, pela análise das linhagens de famílias, que seu capital de relações sociais atinge seu máximo justamente no período que vai de 1930 ao processo de redemocratização no fim dos anos de 1980. Esta pesquisa foi realizada entre 2009 e 2011 com observação direta no município de São Gabriel para a produção de dados etnográficos; foram estudadas em profundidade seis linhagens de famílias e entrevistados dezesseis estancieiros e/ou casais de estancieiros com posses fundiárias acima de mil hectares, além

de outros agentes sociais, como os trabalhadores das estâncias, os comerciantes e os descendentes de colonos. A obtenção sistemática de dados das seis linhagens exigiu desvendar e ter acesso às suas redes de interconhecimento, a fim de mapear quais eram consideradas pelos entrevistados as “mais importantes” na história do município. Tendo em mãos esse mapeamento, a seleção de seis linhagens seguiu o critério de abarcar as variações nos pertencimentos políticos e oposições sociais tradicionais, de modo a traduzir essa complexidade na análise – várias dessas linhagens também são citadas por Érico Veríssimo em seu famoso romance *O tempo e o vento*, dada a importância na história política do estado. O número de entrevistas foi definido pelo critério da *saturação* (Beaud e Weber, 2007). A pesquisa englobou a análise de 99 matrimônios e 233 indivíduos, sendo que neste artigo são apresentados apenas os dados que permitem demonstrar a questão enunciada.

Talvez uma das maiores características incorporadas/reafirmadas como *habitus* no caso dos estancieiros, resultado das condições econômicas, seja um comportamento *desinteressado* diante das questões mundanas como um atestador da maior honra. Um *desinteresse* interessado que acaba por ser acumulado como capital simbólico, cujo substrato é a própria possibilidade de mostrar distância da necessidade (Bourdieu, 2002; 2008). Os estancieiros só entram em franca decadência econômica a partir do final dos anos de 1980, em virtude da quebra da rede de cooperativas-frigoríficos e também de relações sociais com a redemocratização do país, que acaba por redefinir a morfologia do patronato gaúcho. Assim, a etnografia por mim realizada deste grupo social ocorre não em um momento de ascensão, mas em que ele se encontra ameaçado de decadência, o que faz com que o *desinteresse* do *habitus* herdado constitua um grande obstáculo para adotar estratégias de reconversão já utilizadas por linhagens de senhores de terra no Brasil.

Trata-se de famílias de aristocracia de base agrária que contribuíram para a formação do Estado brasileiro pós-Revolução de 1930 tal qual o conhecemos hoje, de forma semelhante aos casos analisados por Moore Jr. (1983), em que as elites vindas do rural conseguem controlar a transição para uma sociedade industrial sem se contrapor a ela ou deixar de estimulá-la, sem tampouco perder o controle do campo. A análise das linhagens e biografias, das atividades políticas e dos investimentos, sobretudo em relações sociais e escolares, permite investigar a contribuição dessa recomposição dos círculos dirigentes e compreender a diversificação das elites políticas com a afirmação do Estado nacional.

Este estudo de caso do Rio Grande do Sul procura contribuir com a análise da morfologia social de grupos dominantes, setores sociais que em si já são ob-

jeto de poucos trabalhos científicos quando comparados aos setores subalternos (Pinçon e Pinçon-Charlot, 2007). Já os estudos que abordam a morfologia dos grupos dominantes tendem a privilegiar as linhagens de industriais e banqueiros (Zalio, 2004) – mesmo na chamada “nova sociologia econômica” (Swedberg, 2004; Steiner, 2006) –, com poucas exceções das elites do rural, como Bessièrre (2010). No Brasil, a bibliografia que analisa os grandes proprietários de terra privilegia a representação patronal e a mobilização política (Heinz, 1996; Grill, 2003; Bruno, 2012; Da Ros, 2012; Canêdo, 2002), as trajetórias de grupos específicos (Grijó, 1998) ou a construção simbólica e ideológica que esses grupos fazem de si próprios (Heredia, Palmeira e Leite, 2010).

O *desinteresse* tornado *habitus*

– Quanto lhe devo?

Rodrigo teve a impressão de que o esbofeteavam e seu primeiro impulso foi o de agredir o outro fisicamente. Aquele “quanto lhe devo” dito de cima para baixo [...] como que colocava o teuto-brasileiro numa posição superior à sua, assim como a do patrão perante o empregado.

Vermelho, o rosto a arder, Rodrigo teve uma rápida hesitação, mas depois, com a voz alterada pela indignação, vociferou:

– Não me deve coisíssima nenhuma!

– Mas como, doutor?

– Já lhe disse que não me deve nada.

O rapaz mantinha a mão no bolso e olhava espantado para o médico.

– Desculpe, eu... eu só queria pagar. Pensei...

Caindo em si, Rodrigo tratou de remendar a situação.

– Depois falamos nisso. O tratamento não está terminado. Você terá que voltar aqui dentro duma semana.

– Bem. Então... muito obrigado.

Depois que o cliente saiu, Rodrigo sentou-se, pegou o corta-papel e começou a tamborilar nervosamente sobre a mesa. É melhor eu ir me acostumando com essas coisas. No fim das contas um médico tem de cobrar as consultas... (Veríssimo, 1951, p. 286).

Nesse trecho do romance de Érico Veríssimo, o autor faz do encontro entre seus personagens um desencontro entre princípios orientadores da ação, em que tanto Rodrigo quanto Arno Spielvogel não entendem as reações um do outro como resultado da própria configuração social do Rio Grande do Sul – dividido entre região estancieira e região colonial (Tavares dos Santos, 1978). Esse estado

é marcado pelo estabelecimento de grandes propriedades de criar em suas áreas de campos, sobretudo na parte mais ao sul, e de colônias de imigrantes pequenos proprietários e livres da subordinação aos senhores de terra, em sua maior parte alemães e italianos, nas áreas de florestas, sobretudo ao norte. Assim, a oposição descrita por Veríssimo está inscrita na própria dinâmica de ocupação do território, em que as regras de retribuição e reciprocidade inscritas na ação do teuto-brasileiro Spielvogel contrastam com as de Rodrigo, médico e estancieiro.

Desse modo, o autor retrata a expressão de um *habitus desinteressado* que não encontra limitações objetivas para orientar de forma inconsciente as práticas de Rodrigo na relação com seus pacientes quanto à cobrança das consultas. Ao não imaginar como possível a pergunta formulada por Arno Spielvogel, *Quanto lhe devo?*, Rodrigo Cambará teve a impressão de ser agredido, reagindo com um *impulso* de querer golpeá-lo fisicamente. Desconcertado pela situação inusitada, somente depois da saída do paciente de seu consultório Rodrigo racionaliza e expressa ser melhor se acostumar *com essas coisas*, pois *no fim das contas um médico tem de cobrar as consultas...* No fim das contas, o personagem de Veríssimo abandona a profissão de médico e dedica-se à política, participando ativamente da Revolução de 1930 e do governo provisório instalado no Rio de Janeiro.

A situação retratada na ficção poderia resumir não só as condições objetivas de poder manter um estilo de vida de elite independentemente das remunerações monetárias do exercício de suas profissões, como também a estrutura das relações baseadas no acúmulo de capital simbólico pelas elites estancieiras. A análise de Grijó (1998) sobre a chamada Geração de 1907, formada por Getúlio Vargas, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha e Paim Filho, todos filhos de estancieiros, revela que os investimentos em capital cultural e escolar se enquadravam em uma estratégia de ascensão do grupo familiar e de seus membros, de modo que não estava em jogo o controle das propriedades fundiárias de seus pais, até porque se conservaram também como estancieiros pelos mecanismos da herança. Essas profissões podiam ser exercidas pelas regras morais do *desinteresse*, que se convertiam em dívidas e em capital de relações e simbólico para os membros desta elite. Para Grijó (1998, pp. 77-78), “tratava-se da imagem do desinteresse e da independência material”. Sem cobrar a consulta de Arno, a relação não se fechava, e facilmente Rodrigo poderia cobrar a retribuição de outro modo, ou simplesmente acumular em reputação e autoridade moral.

Tal comportamento das elites estancieiras para com o uso dos títulos escolares também se traduzia em suas relações com a ocupação de cargos

burocráticos e/ou eletivos. A dependência material no exercício de cargos públicos era tratada com desprezo, impingindo a qualificação de “políticos profissionais” aos que deles dependiam para viver, o que marcava toda a sua condição de distância da necessidade e proximidade das hierarquias baseadas na honra (*Idem*, p. 77). Não que deixassem de lucrar com distintos tipos de capitais, mas esse saldo se revestia de mecanismos mais complexos que o simples recebimento em dinheiro, como no aumento do capital de relações e a ampliação das redes de clientes. A valorização que a economia estancieira sofreu entre 1930 e 1980 só reforçava as condições para atestar um *habitus* baseado no *desinteresse* como mecanismo de distinção social, na reciprocidade assimétrica e na dominação personalizada.

Esse foi o caso das elites agrárias do município de São Gabriel a partir de 1930. As principais linhagens de estancieiros de distintas cores políticas envolveram-se diretamente na criação, na administração e no controle da cooperativa-frigorífico do município, na qual o capital simbólico se tornava um dos principais recursos a ser acumulado. Figueiredo (1985, p. 120), autor local que sistematizou os documentos oficiais da cooperativa durante parte de sua existência, louva a dedicação dos principais dirigentes que assim o faziam sem receber recursos monetários, “com enorme desprendimento e desinteresse”, de acordo com suas palavras.

Quando o frigorífico foi expandido em meados de 1956 e 1957, houve visitas de autoridades estaduais, como o governador do estado Ildo Meneghetti, integrante do Partido Social Democrático (PSD), que viria a apoiar o golpe militar de 1964. Também visitaram o local autoridades nacionais, como o vice-presidente da República João Goulart, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), advogado e adversário político de Meneghetti. A foto a seguir é interessante porque ilustra o envolvimento dos principais expoentes das elites estancieiras na cooperativa, assim como as trajetórias e os investimentos de seus integrantes.

A imagem é de 29 de outubro de 1957, quando da visita de Goulart à cooperativa, e marca a assinatura de documentos para repasse de recursos federais à expansão do frigorífico. O vice-presidente da República está sentado e, da direita para a esquerda de Goulart, estão Dácio de Assis Brasil (então presidente da Cooperativa), Juraci Cunha Gonçalves (prefeito municipal pelo PTB), sendo que ambos, depois de formarem-se em medicina e trabalharem como médicos durante um tempo, abandonaram as profissões e dedicaram-se às suas estâncias e à política. Por último, Amarílio Vieira de Macedo, professor da Escola de Medicina de Porto Alegre. Todos são filhos de estancieiros e tam-



Fonte: Figueiredo (1985, p. 121).

bém estancieiros, com curso superior e exerceram atividades remuneradoras que não apenas a propriedade da terra.

No trabalho de campo para esta pesquisa, portanto já em um contexto de crise e ameaça de reprodução do *desinteresse* do *habitus* herdado, em que a hierarquia se tornara instável e suscetível de ser colocada em causa por novos agentes sociais em plena ascensão – como os descendentes de colonos enriquecidos e empresas agrícolas –, poucas foram as entrevistas com os estancieiros em que a conversa sobre o *mundo econômico* tenha se estendido para além de poucas palavras. Esse aspecto também foi percebido por Heinz (1996, p. 25) nas entrevistas para sua tese. Faziam questão de demonstrar desinteresse a respeito das perguntas sobre o funcionamento econômico da estância. A resposta a uma de minhas perguntas a esse respeito foi a seguinte: “eu ligo tão pouco para essas coisas, essas coisas materiais”. Mas o contrário ocorria quando os assuntos tratavam da história da linhagem, das trajetórias dos integrantes da família, da política ou das atividades consideradas prazerosas como a música, a pintura, a literatura e a poesia. Era como se nos dissessem: ora, questões como índices zootécnicos da exploração econômica podem ser perguntadas ao *capataz* da estância!

A valorização e a elaboração da genealogia e da história familiar, além das principais realizações de cada ascendente mais remoto até ele próprio, manifestam que sua geração atual é responsável por honrar, manter o nome e perpetuá-lo socialmente; mais que isso: conservar os vínculos com outras

1. Em 1940, São Gabriel, então com 35.849 habitantes, tinha oito associações culturais e artísticas, oito entidades esportivas, dois teatros e dois clubes sociais. Somente naquele ano foram realizados 53 torneios de tênis e polo no município e na região da Campanha Gaúcha (Pimentel, 1941; Silva, 1963).

grandes linhagens que fornecem uma espécie de valor social e manutenção do *status* social. Orgulhar-se de seus feitos, em declaração ao pesquisador, como caçadas, danças, participação em campeonatos de esportes diversos, gosto por carros, mulheres, gentilezas e doações financeiras gratuitas, ou acender cigarros com notas de dinheiro na juventude, tinha o efeito de fazer reconhecer que o poder simbólico não advinha somente da riqueza do poder econômico¹. O campo propriamente econômico e suas regras específicas ainda não eram hegemônicos nesse espaço social sob os demais domínios das práticas econômicas dissimuladas pelo véu das obrigações morais (Bourdieu, 1980). A prática de doações *gratuitas* também é uma forma de acumulação, pois inicia uma relação durável de obrigações que permite satisfazer o interesse econômico sob a forma aparentemente desinteressada.

Se a destruição de dinheiro para acender cigarros pode ser encarada como uma situação extrema de demonstração do poder simbólico herdado e mantido por outras práticas que não as monetárias, está longe ser a única. Era antes uma regra que se impunha aos que estavam em posições sociais e trajetórias semelhantes. Nada mais representativo de tais comportamentos que a tradição de três bailes em sequência – um de máscaras, um de gala e um de alto esporte – no chamado Aristocrático Clube Comercial, durante as exposições de gado anuais, além do consumo suntuoso, das tradições de jogos e apostas e da fundação de um aeroclube em 1941. O que mais importa são os significados da destruição das riquezas, seja literalmente ou em demonstrações como bailes luxuosos e compra de bens raros, por exemplo, aviões.

Nesse caso, o que se busca demonstrar é que não se necessita daquilo para se viver; o que se mede é a grandeza em termos de honra e de prestígio – uma espécie de *potlatch* (Mauss, 2007). Sobretudo, importa que seja uma demonstração de poder pelo ato de mostrá-lo como capital simbólico, em que o acúmulo de riqueza material não tem justificação em si. Ou seja, importa fazê-lo reproduzir e legitimar as hierarquias em vigor, pois a acumulação de riquezas não é mais que um meio entre outros de acumular poder simbólico como recurso de fazer-se reconhecer com poder (Bourdieu, 1980, p. 226).

Estamos, portanto, diante de uma economia da *demonstração*, em que o poder se afirma de maneira visível, pública, por oposição a todos os demais poderes ocultos e escondidos, como dos descendentes de colonos que buscavam acumular recursos para garantir a reprodução de seus filhos como pequenos proprietários. O título de propriedade e a certeza de pertencer a uma casta nobre lhes autorizava não só a ocupar a posição dominante na hierarquia, como também demonstrar essa associação pela queima de dinheiro, literal ou não,

enquanto as condições econômicas e a instauração de relações de reciprocidade assimétrica permitiam.

Os investimentos escolares agem de modo decisivo e diferentemente sobre as possibilidades de constituição de trajetórias dos indivíduos nessa situação. Em contextos de decadência econômica, é maior a pressão para a reconversão das trajetórias e para o abandono da condição de origem. Precisamente, este é o caminho trilhado por dois líderes da Revolução de 1930, provenientes das casas-grandes nordestinas: José Américo de Almeida e Juarez Távora (Garcia Jr., 2007). Em ambos os casos, os investimentos em estudos estiveram relacionados com as situações de declínio social, pois constituíam um meio de fazer carreira em postos vinculados à política ou à alta administração do Estado.

Garcia Jr. considera que para um bom número de filhos das elites agrárias do Nordeste sobrava essa perspectiva dos investimentos escolares como forma de escapar do declínio econômico e reverter trajetórias nas quais os capitais escolar e cultural fossem condições necessárias para o acesso e êxito. Nesses casos, via de regra, tratava-se de não herdeiros do patrimônio fundiário. No caso gaúcho, todos os integrantes da família, inclusive as filhas, herdavam. O investimento em educação não os excluía da condição de proprietários fundiários, como os indivíduos citados acima². O encontro dos filhos deserdados das casas-grandes com os gaúchos em ascensão econômica como líderes da Revolução de 1930 se dá, no que se refere aos capitais econômicos e aos significados dos investimentos escolares, no quadro de trajetórias sociais cruzadas.

Investimentos escolares do patronato estancieiro

Analisemos os investimentos nos títulos escolares como legitimação de uma posição já dominante no caso dos estancieiros. De forma geral, isso pode ser percebido por um conjunto maior de dados. Começemos pelas respostas dos estancieiros aos cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sistematizadas na Tabela 1, quanto ao grau de escolarização.

Pode-se notar que, em 1965, dos proprietários de terra declarantes, 43,14% disseram ser detentores de títulos universitários, enquanto 19,61% deles tinham o ensino médio e 37,25%, o ensino primário completo. Nos outros anos, cresce a relação daqueles com ensino médio, diminui o número dos que apresentam somente o ensino primário e os que declararam possuir títulos universitários permanece relativamente estável. Em média, mais de 40% dos declarantes disseram possuir títulos universitários.

2. Dada a tradição de divisão em "partes iguais" do patrimônio fundiário entre os integrantes do grupo doméstico, reforçava-se a estratégia de realizar casamentos pela endogamia ou homologia de posições para acréscimo do patrimônio fundiário. As tensões entre irmãos e irmãs em torno da herança do patrimônio fundiário tanto no período de ascensão social (1930-1980) quanto no período de descenso social (a partir de 1990), assim como as estratégias de casamento da elite estancieira são analisadas por Piccin (2012, pp. 222-238 e capítulo IX).

QUADRO 1
Linhagens estancieiras e títulos escolares

LINHAGENS	Assis Brasil		Prates Bento Pereira		Menna Barreto		Cumha Gonçalves		Chagas		Macedo					
	Comerciante + filha de um cirurgião-mor do Exército	%	N.	Desembargador do RS + filha de general	%	N.	Major do exército + filha de general	%	N.	Filho de barão + filha de estancieiro	%	N.	Filho de coronel e descendente de barão + prima	%	N.	TOTAL
Total de filhos homens e genros*	24	100	20	100	22	100	11	100	11	100	17	100	105	100	105	100
Advogado	2	8,33	5	25,00	3	13,64	4	36,36	0	-	3	17,65	17	16,19	17	16,19
Médico	0	-	4	20,00	2	9,00	3	27,27	0	-	3	17,65	12	11,43	12	11,43
Militar	4	16,67	1	5,00	2	9,09	0	-	1	9,09	0	-	8	7,62	8	7,62
Engenharia	1	4,17	2	10,00	1	4,55	1	0,09	1	9,09	1	5,88	7	6,67	7	6,67
Ciências agrárias	2	8,33	0	-	1	4,55	2	18,18	0	-	1	5,88	6	5,71	6	5,71
Outras	1	4,17	0	-	1	4,55	0	-	1	9,09	2	11,76	5	4,76	5	4,76
TOTAL COM TÍTULO	10	41,67	12	60,00	10	45,45	10	90,91	3	27,27	10	58,82	55	52,38	55	52,38
TOTAL SEM TÍTULO	14	58,33	8	40,00	12	54,55	1	9,09	8	72,73	7	41,18	50	47,62	50	47,62

* Como se considerou todos os títulos dos filhos e genros do iniciador de cada geração, todos os indivíduos tomaram-se ou "filhos ou genros";

pais, sobrinhos e tios acabaram sendo incluídos como "filhos ou genros".

Fonte: Genealogias das famílias e entrevistas.

TABELA 1
Grau de escolarização do patronato estancieiro em São Gabriel

	1965	1972	1978	SOMA/MÉDIA
TOTAL DA AMOSTRA	51	110	77	238
Ensino primário completo (%)	37,25	26,36	20,78	28,13
Ensino médio completo (%)	19,61	37,27	37,66	31,51
Ensino superior completo (%)	43,14	36,36	41,56	40,35

Fonte: Cadastros do Incra de 1965, 1972 e 1978.

Deve ser assinalado que a Tabela 1 trata apenas dos proprietários efetivos das terras declaradas sem, obviamente, considerar os parentes (filhos, genros, irmãos e tios) nem quais títulos eram os mais valorizados. Essa perspectiva pode ser analisada no Quadro 1, com a vantagem de individualizar as estratégias com relação aos títulos escolares das seis linhagens pesquisadas. O Quadro 1 foi gerado a partir dos dados genealógicos pesquisados por meio de documentos e entrevistas e informa desde os iniciadores das linhagens consideradas, ou seja, desde o primeiro a se tornar senhor de terras em São Gabriel, até a geração atual que efetivamente dirige os negócios e a propriedade da terra.

Do total dos filhos homens e genros do conjunto das linhagens consideradas, 52,38% são detentores de títulos universitários, sendo que em primeiro lugar o título mais valorizado é o de direito, seguido pelo de medicina e pelos títulos militares, pelos de engenharia e cursos das ciências agrárias.

Possuir um título de bacharel ou de oficial militar, ou ter um filho ou genro que os acumulasse, representou um dos principais recursos para a ampliação das relações sociais das famílias de elite. Esse título poderia ser investido na disputa política, no acesso a cargos públicos, na ampliação do capital simbólico e legitimação das posições hierarquicamente dominantes no espaço social, sobretudo numa sociedade em que não há ou é muita fraca a autonomização de diferentes campos com lógica e princípios de concorrência próprios. Nesse contexto, os princípios de legitimação e hierarquização social decorrem menos do capital escolar, uma vez que falta uma estrutura que garanta a equivalência dos títulos e da posição correspondente, e mais das posições sociais dominantes relacionadas com o capital econômico, político ou cultural (Coradini, 1997; 2003). Em tal ordem de poderes, o uso dos títulos ocorre de modo mais instrumental como fonte de acumulação de capital simbólico, podendo ser investido na ocupação de posições em outras esferas sociais. É a inserção do possuidor dos títulos nas redes de relações sociais privilegiadas que garante valor ao mesmo.

Analisando o caso da Paraíba no período da República Velha, Lewin (1993, pp. 173-177) argumentou sobre a importância que os títulos educacionais assu-

miram na estratégia das famílias para manter o controle sobre os municípios e influenciar a política estadual e nacional. Isso significou a necessidade de recrutar “estranhos” como genros ou cunhados “talentosos”, que ampliavam as relações sociais e o acesso a diferentes cargos e controle da política. Munidos de novos recursos derivados de seu treinamento especializado e dos valiosos contatos políticos estabelecidos nas faculdades, os que voltavam a seus locais de origem ampliavam as influências e revelavam-se como um trunfo político da família.

No caso dos paulistas, Miceli (1979, pp. 39-41) argumenta que a desvalorização dos diplomas jurídicos causada pelo aumento do número de profissionais e das profissões, somada à conjuntura política de derrota das facções dirigentes do sistema oligárquico em 1930, ameaçava as expectativas de constituir carreira na política ou nos escalões superiores do serviço público. No caso dos principais dirigentes da Revolução de 1930, os que vêm do Nordeste possuem trajetórias em que a legitimidade e o poder simbólico construído se dão, antes de tudo, fora dos círculos de controle de suas famílias (Garcia Jr., 2007). O contrário ocorreu com as lideranças vindas do Sul, em que os filhos de estancieiros, depois de formados bacharéis, voltam para suas cidades de origem e tornam-se fundamentais para a ampliação das redes de clientela política locais – condição para posteriormente alçar voo nas esferas políticas estaduais e nacionais (Grijó, 1998).

Essa ideia do conjunto e uso dos recursos disponíveis aos indivíduos só é percebida com a análise das trajetórias sociais, como se examina para o caso das linhagens de estancieiros em questão.

Trajetórias e redes de relações sociais

Mais do que condição ou posição, os investimentos pessoais devem ser vistos em relação à trajetória do grupo familiar e do universo social como um todo. Para além de ser um grupo social em ascensão econômica relativa, trata-se de um estilo de vida baseado no capital social, político, cultural e simbólico. Mesmo sendo essas as bases da socialização do indivíduo, não se desconhecem as contingências desse processo nem a importância das relações internas à família como mediação entre os indivíduos e demais esferas sociais (Bertaux e Thompson, 1997, p. 5). No que concerne às questões colocadas por este artigo, algumas das contingências são analisadas, como a participação política de integrantes da mesma família em diferentes espectros ideológicos – os que participaram dos governos até 1964, os que apoiam o golpe e participaram dos governos militares e os convertidos ao comunismo, o que coloca em jogo o uso

do poder simbólico da linhagem. As trajetórias e a reprodução dos diferentes tipos de capital em uma linhagem não são lineares, mas carregadas de tensões e contradições. Contudo, o que os dados evidenciam é como a dotação de recursos dos diferentes indivíduos permite entender melhor a perpetuação de determinados padrões e de determinadas representações.

Antes de analisar essas trajetórias, importa destacar que o período de 1930 até a redemocratização do país em meados de 1980 parece representar o de maior acúmulo de capital de relações sociais pelas elites estancieiras. Elas estão no centro das principais decisões e na ocupação de cargos públicos. A crise que a partir de 1990 se processa economicamente com a queda do preço dos gados (Viana, 2009) é também a crise da perda de capital de relações sociais e da marginalização em termos de importância política no contexto estadual e nacional (Cadoná, 2002). Até então, no seio da maior parte das famílias havia relações estreitamente mantidas com ambos os espectros da política, o que implicava o controle de cargos públicos e de influência.

A análise das trajetórias procura destacar as relações sociais dos principais integrantes de cada família. Ou seja, por vezes busca construir mais uma espécie de “trajetória da família”, assinalando as ligações políticas de seus integrantes e as possibilidades de mobilização de relações sociais. Quando se trata de pessoas ainda vivas, os nomes não serão identificados. De todo modo, a análise procura colocar em relevo o capital social possível de ser mobilizado pelos indivíduos. Em função do espaço restrito deste artigo, será privilegiada apenas a análise das duas primeiras linhagens do Quadro 1, Assis Brasil e Prates Bento Pereira.

A linhagem dos Assis Brasil iniciou-se pelo filho de um rico comerciante sesmeiro, casado com a filha de um militar³. Seu integrante mais famoso foi Joaquim Francisco de Assis Brasil^A, que encabeçou a oposição a Borges de Medeiros, presidente do estado do Rio Grande do Sul durante a maior parte da República Velha. Francisco nasceu em 1857, alfabetizou-se na estância de seu pai e foi o único filho a se formar bacharel na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1882; casou-se com uma irmã de Júlio Prates de Castilhos, com quem participou ativamente na criação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), compondo a Junta Governativa do estado em 1891. Contudo, o rompimento entre os cunhados se deu quando Castilhos elaborou sozinho a Constituição do estado, baseada no positivismo, sem receber a chancela do primeiro; Francisco então afastou-se da política estadual e torna-se diplomata brasileiro na Argentina, em Portugal, nos Estados Unidos, no México e em outros países. Com a morte de sua esposa, casou-se novamente em 1898 com a filha do segundo conde de São Mamede (José

3. Para o fluxograma genealógico, ver Anexo A. Os nomes citados no texto, que estão indicados nas genealogias anexas, serão sobrescritos por letras maiúsculas.

Ferreira Pereira Felício) e então iniciou a construção de um castelo em uma de suas estâncias, no atual município de Pedras Altas, divisa com o Uruguai. Mais tarde, retornou à política estadual e dirigiu a oposição a Borges na eleição de 1923. Derrotado por causa de fraude, não sem desencadear-se um conflito armado, foi em seu castelo que ocorreu o chamado Pacto de Pedras Altas, pelo qual se reconhecia Borges como presidente do estado, mas com o compromisso de que ele não concorresse novamente. Com a chegada de Getúlio Vargas ao Executivo estadual em 1928 e com a unificação das duas facções políticas rivais, Joaquim Francisco participou ativamente dos preparativos para a Revolução de 1930, tornando-se ministro da Agricultura entre 1930 e 1932, quando então foi sucedido por Juarez Távora (Garcia Jr. 2007, p. 83). Morreu em 1938.

Um sobrinho de Joaquim Francisco, Ptolomeu de Assis Brasil^B, também teve papel de destaque nos principais acontecimentos vividos por seu tio, mas como adversário político. Ptolomeu nasceu em 1878, seguiu carreira militar e tornou-se general do Exército. Chefe republicano, combateu ao lado de Júlio de Castilhos na Revolução Federalista de 1893 e, em 1923, ao lado de Borges, sendo que na Revolução de 1930 participou dos levantes no Rio Grande do Sul, quando então toda a linhagem se unificou politicamente. Naquele mesmo ano foi nomeado governador interventor no estado de Santa Catarina. Seu irmão por parte de mãe, Ruy Zobaran, major do Exército, e seu sobrinho, Marçal de Assis Brasil^C, então advogado e depois também major do Exército, assumiram cargos executivos neste governo. Em 1932, por uma série de desentendimentos com Flores da Cunha, então governador do Rio Grande do Sul, sobre uma disputa de território entre os dois estados, deixou o cargo para seu meio-irmão Ruy e retornou para estância em São Gabriel, onde morreu em 1935. A trajetória de Marçal e sua esposa é interessante pelo que depõe quanto ao estilo de vida e ligações familiares. Marçal nascera em 1904, também se alfabetizou na estância de seu pai, fez colégio militar em Porto Alegre, bacharelou-se em direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e trabalhou no Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, entre 1940 e 1941, depois de acompanhar seus tios como interventores de Santa Catarina; morreu em 1953. É descrito pela família como atleta e ginasta de barra e solo, exímio tenista e cavaleiro, além de poliglota, como sua esposa. Marçal casara-se com Isabel da Jornada Dorneles, irmã de um de seus melhores amigos de faculdade, Oneron Dorneles, primo materno de Getúlio Vargas e um dos dirigentes do Partido Comunista no estado, além de candidato a deputado estadual nas eleições de 1947.

Leônidas de Assis Brasil^D, sobrinho de Joaquim Francisco, irmão de Ptolomeu e tio de Marçal, apesar de não ter seguido carreira militar nem investido em títulos universitários, tornou-se um dos principais estancieiros em São Gabriel que apoiou Leonel Brizola e Goulart nos idos de 1950 e 1960. Como veremos, nesse contexto, a linhagem volta a se dividir politicamente. Leônidas nasceu em 1879, casou-se com sua prima de primeiro grau em 1903 e tornou-se estancieiro com mais de 3 mil hectares; morreu em 1963. O terceiro filho de Leônidas – de um total de dez filhos legítimos –, Argemiro de Assis Brasil era ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República quando houve o golpe de 1964. Argemiro nasceu em 1907, fez colégio militar em Porto Alegre e escola militar em Realengo, no Rio de Janeiro. Em 1932, revoltou-se ao lado dos paulistas contra Getúlio Vargas, foi exilado e posteriormente anistiado em 1934; casou-se em 1939 com a filha de um estancieiro uruguaio; tornou-se chefe do Estado-Maior da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, e, em 1963, foi convidado por Goulart para compor o governo; destituído do exército em 1964, morreu em 1982.

Por outro lado, Dácio de Assis Brasil, que aparece ao lado de Goulart na fotografia sobre a expansão da Cooperativa de carnes, filho de Ptolomeu e primo de Argemiro, construiu uma trajetória política à direita do espectro político. Dácio nasceu em 1904, o segundo de cinco irmãos, fez seus estudos básicos em uma escola do município de São Gabriel, seguiu no Colégio Militar em Porto Alegre e foi o único a fazer estudos universitários. Formou-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1930, onde frequentava a casa de seu tio-avô, Joaquim Francisco de Assis Brasil^A, que se tornara também seu sogro. Retornou a São Gabriel em 1932, onde exerceu a profissão até 1939, quando passou a se dedicar à cooperativa e à Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul). Dácio é considerado um dos maiores nomes do ruralismo na história do estado por ter liderado as mobilizações contrárias às ameaças de reforma agrária dos governos Brizola e Goulart. Foi amigo pessoal dos presidentes militares, como os gaúchos Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel, e de vários ministros e governadores do estado. Tudo se passou como se Dácio reunisse ambos os capitais simbólicos de seu pai e de seu tio-avô e sogro nas lutas que empreendeu, tanto no que se refere ao ruralismo no estado quanto em termos de influência nos círculos mais restritos dos governos militares; morreu em 1977, em uma de suas estâncias.

Outro nome importante da linhagem, com participação e influência no mesmo espectro político que Dácio, foi Gastão Álvaro Pereira dos Santos^E, casado com sua prima. Gastão nasceu em 1915, fez carreira no exército, chegando ao

posto de coronel, e tornou-se prefeito de São Gabriel entre 1961 e 1963. Seu irmão, Adalberto Pereira dos Santos, também militar, havia participado dos movimentos tenentistas da década de 1920, da Revolta Constitucionalista de 1932 e alcançado o posto de general do Exército em 1965. Adalberto foi chefe do Estado-Maior do Exército no governo de Costa e Silva (1967-1969), ministro do Superior Tribunal Militar em 1969 e vice-presidente da República no governo do também general gaúcho Ernesto Geisel (1974-1979). Gastão foi ainda dirigente da Farsul, diretor-presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e presidente da Companhia União de Seguros. Seu nome foi cogitado para ser candidato pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) ao governo do estado nas eleições de 1970, mas declinou em apoio ao também militar Euclides Triches. Da herança em terras que coube à sua esposa, teria duplicado o patrimônio fundiário, mas era apenas proprietário e nunca chegou a ser estancieiro ou criador, como declarara sua família; morreu em 2011.

Quanto aos Prates Bento Pereira, a linhagem foi iniciada por Tito Prates da Silva, desembargador do estado, primo do conde de Prates e de Júlio Prates de Castilhos – fundador do PRR, já citado –, casado com Alice Palmeiro Menna Barreto, filha do general do exército João Manuel Menna Barreto⁴. O filho mais velho do casal, João Raimundo Prates da Silva^A, nasceu em 1885, formou-se em direito na mesma turma que Getúlio Vargas, em 1907. Em 1911, João Raimundo casou-se com Iracema Lopes, filha de Aníbal Lopes, estancieiro do município de Cruz Alta. Iracema era irmã de Abegahy, casada com o farmacêutico Sebastião Veríssimo da Fonseca, pais de Érico Veríssimo, autor do romance *O tempo e o vento*. João Raimundo, depois de assumir um cargo de juiz, abandonou a profissão para se tornar estancieiro; foi considerado por Érico um de seus principais influenciadores na literatura (Veríssimo, 1987, pp. 87-96); morreu em 1949.

Para o que interessa mais diretamente nessa linhagem, importam os descendentes da primeira irmã de João Raimundo na linha genealógica, haja vista que constituíram o ramo da linhagem cujos integrantes foram objeto de estudo em São Gabriel. Alice Menna Barreto Prates da Silva^B casou-se com Alfredo Bento Pereira, também de uma família de republicanos. Alfredo participou ao lado dos republicanos dos diversos conflitos armados, dos quais ganhou o título de coronel. Na Revolução de 1930, tornou-se intendente no município, onde permaneceu como prefeito até 1935; morreu em 1946. Dos sete filhos de Alice e Alfredo, apenas um deles seguiu carreira militar. Valdo Prates Pereira^C nasceu em 1919, foi alfabetizado na estância de seu pai, seguiu os estudos primários no município de São Gabriel, depois na Escola Militar de Porto

4. Para o fluxograma genealógico, ver Anexo B

Alegre, onde se formou oficial em 1940, e posteriormente casou-se com uma prima. Valdo compôs o Gabinete do Ministro da Guerra, coronel Jair Dantas Ribeiro, até o golpe de 1964. Com o golpe, teve sua carreira interrompida e acabou no desterro em Mato Grosso, reformado na patente de coronel do exército. Posteriormente, Valdo refugiou-se em sua estância em São Gabriel, onde morreu no início de 2012. Um de seus irmãos, Alfredo Bento Pereira Filho^D, possuía relações privilegiadas no outro espectro da política. Alfredo nasceu em 1920, formou-se em engenharia civil e constituiu matrimônio com Lovely Garcia, filha de um estancieiro e médico do município de Cachoeira do Sul, José Felix Garcia. Alfredo se tornou prefeito municipal entre 1969 e 1973 e morreu em 1979. Quanto aos demais irmãos, o que mais importa perceber são os casos das relações que se constituem entre primos e, na geração seguinte, com os primos dos pais.

Tais relações são analisadas a partir da trajetória de um dos estancieiros por mim entrevistados, sobrinho de Valdo, que chamarei de Rogério^E. Rogério nasceu em 1944 na cidade de São Gabriel, onde cursou o primário. Posteriormente, realizou os estudos secundários no colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre; em 1963, iniciou o curso do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e se formou em 1965; saiu dos quadros do Exército como primeiro-tenente em 1967, quando entrou na Faculdade de Direito da recém-criada Universidade Federal de Santa Maria. Em 1969, durante o curso, um primo de seu pai, Hélio Prates da Silveira, foi indicado pelo governo militar para o cargo de governador do Distrito Federal. Hélio nasceu em 1920, em São Gabriel, seguiu os estudos no Colégio Militar de Porto Alegre, em cuja carreira alcançou o posto de coronel, foi governador do Distrito Federal entre 1969 e 1974, presidente do Banco Militar, renomeado depois para Banco Sulamericano, e morreu em 1997. Na ocasião da nomeação de Hélio ao governo do Distrito Federal, seu irmão Caio, médico formado pela Escola de Medicina de Porto Alegre e um ano mais novo, foi nomeado chefe da Casa Civil. Além de Caio, outros três integrantes da família também foram nomeados à assessoria de Hélio: dois filhos de um primo por parte de mãe, entre os quais Rogério, e outro filho de um primo de seu cunhado, unindo na mesma indicação integrantes das linhagens Prates Bento Pereira e Macedo. Deslocando-se para Brasília como assessor do primo de seu pai, Rogério terminou o curso de direito no Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Quando o governo de Hélio findou, Marco Aurélio Prates de Macedo, então procurador-geral do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho entre 1988 e 1991 – primo de Hélio e do pai de Rogério –, convidou-o para ocupar um cargo como procurador do Trabalho. Marco Aurélio era casado com uma prima de

primeiro grau, Eliana Prates, única filha de Homero Prates^F – irmão de João Raimundo e cunhado de Alfredo Bento Pereira –, seu tio e, portanto, também sogro, que na época era desembargador e juiz do Trabalho no estado do Rio de Janeiro. Rogério exerceu a profissão de juiz do Trabalho até se aposentar, em 1992, quando decidiu retomar a criação de gado em sua estância. Das relações privilegiadas no juizado trabalhista, vários parentes, bacharéis em direito, se beneficiaram – entre eles um tio de Rogério, irmão de Valdo, nomeado juiz e posteriormente promotor público, além de um filho deste, também indicado para cargos correlatos.

É interessante perceber que os integrantes das demais linhagens apresentam trajetórias semelhantes no que diz respeito ao uso de seus títulos e posições ocupadas, além das redes de relações extensas. Os Menna Barreto foram considerados por Seidl (1999, p. 139) a linhagem “que forneceu maior quantidade de oficiais ao Exército brasileiro em toda a sua história”, constituindo “um fenômeno impressionante de reprodução social de um grupo familiar no seio de uma instituição, fazendo parte da estrutura governamental de um país”. Trata-se de uma família considerada por outros estancieiros a mais importante do município de São Gabriel pelo poder simbólico que carrega. Algo semelhante ocorre com os Chagas, apesar de serem os que menos investiram em títulos escolares (somente 27% de seus integrantes); parece que o fato de pertencer a uma linhagem nobre já lhes atesta a legitimação de uma posição dominante, na qual a pressão pela conquista de títulos escolares e reconhecimento social é menor. Quanto aos Cunha Gonçalves, também apresentam integrantes em ambos os espectros da política, com destaque para o médico Juraci da Cunha Gonçalves, amigo pessoal de João Goulart, que aparece na fotografia sobre a expansão da cooperativa de carnes, e seu irmão mais novo, também médico, mas adversário político, prefeito entre 1963 a 1969.

As trajetórias sociais pesquisadas se desenrolam a partir dos contatos com outros familiares que ocupam posições privilegiadas e cujo nome carrega o poder simbólico da linhagem. Quanto ao capital de relações possível de ser mobilizado pelas famílias, a análise dos dados recolhidos em campo parece demonstrar o que Coradini (1997) argumentou a respeito das relações da elite médica no século XIX, ou seja, não são apenas “constituintes do grupo, como são oficialmente admitidas e até proclamadas com solenidade” (*Idem*, p. 426). As possibilidades de mobilizar uma rede complexa de relações são expostas a três vezes sempre que possível – como no discurso de enterro de um proeminente médico e estancieiro, em que o tribuno lembrou o arco social de relações até então mantido pelo morto⁵.

5. Conforme documento de família recolhido em campo (arquivo pessoal).

Considerações finais

Todos esses protagonistas poderiam ser tomados como casos exemplares de uma “classe” ou de um grupo social que possui trajetória coletiva ascendente de 1930 a meados dos anos de 1980, diferentemente das principais elites agrárias do país. Do mesmo modo, observamos a reafirmação de um *habitus desinteressado* proporcionado pelas próprias condições objetivas características do grupo, que se torna fonte de distinção social, mas que na atualidade é um obstáculo para se adotar estratégias de reconversão já utilizadas por outras linhagens de senhores de terra no Brasil. Assim, trata-se de um estilo de vida que medeia as condições de origem e os destinos sociais e políticos. O sentido dos investimentos escolares tem mais a ver com a consagração social e a ampliação dos distintos capitais do que com estratégias de reconversão de trajetórias sociais e busca de autonomização de jogos intelectuais.

Em um ambiente social que se caracteriza pela inexistência de um mercado estruturado que garanta a equivalência entre títulos, a acumulação das diferentes formas de capital está centrada em relações de reciprocidade – assimétrica ou não – e em relações personificadas. Nesse contexto, compreender os modos de funcionamento das redes de relações sociais torna-se central para a apreensão das estratégias de reprodução social e dos investimentos pessoais dessa elite rural estancieira, de modo semelhante ao da análise de Bourdieu e Saint Martin (1978), no estudo das famílias oriundas do patronato francês, e de Pinçon e Pinçon-Charlot (2006), em seus estudos sobre possuidores de grandes fortunas.

Além disso, os títulos escolares são usados mais para galgar posições sociais em outras esferas de poder, uma vez que a centralidade da hierarquia não é dada pela profissão. Mas isso é construído de modo que apareça *desinteressado*, como se houvesse predestinação natural a tais posições. Aí reside uma grande diferença para com as demais elites agrárias no mesmo período. Desde o personagem do romance de Veríssimo até a análise das linhagens apresentada neste artigo, o título escolar fora investido em outros jogos sociais relacionados com a política e/ou com o aumento da notoriedade do nome patronímico compatível com o retorno à administração de suas estâncias. Nesse caso, o investimento em títulos universitários não está associado às trajetórias de reconversão ou abandono da condição de origem, mas apresenta continuidade com estilos de conceber seu lugar no mundo há muito existentes, como se aos membros desse círculo restrito de indivíduos e famílias fosse reservada a excelência social, o que não impede que alguns – como Érico Veríssimo, que se tornou literato – tenham

feito uso do pertencimento a essas linhagens para objetivar o caráter inusitado de seu estilo de viver e pensar.

Referências Bibliográficas

- BEAUD, Stéphane & WEBER, Florence. (2007), *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- BESSIÈRE, Céline. (2010), *De génération en generation: arrangements de famille dans les entreprises viticoles de Cognac*. Paris, Raisons d'Agir.
- BERTAUX, Daniel & THOMPSON, Paul (orgs.). (1997), "Introduction". In: _____. *Pathways to social class: a qualitative approach to social mobility*. Oxford, Clarendon.
- BOURDIEU, Pierre & SAINT MARTIN, Monique. (1978), "Le Patronat". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 20-21: 3-82.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), *Le sens pratique*. Paris, Minuit.
- _____. (1989), *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Minuit.
- _____. (2002), *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- _____. (2008), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Zouk.
- BRUNO, Regina. (2012), "Movimento Sou Agro: marketing, *habitus* e estratégias de poder do agronegócio". Trabalho apresentado no 36º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindoia, 21-25 out.
- CADONÁ, Marco. (2002), *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*. Santa Cruz do Sul, RS, Edunisc.
- CANÊDO, Letícia. (2002), "Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)". *Pro-posições*, 13 (3): 169-198.
- CORADINI, Odacir Luiz. (1997), "Grandes famílias e elite profissional na medicina no Brasil". *História, Ciência, Saúde*, 3 (3): 425-266.
- _____. (2003), "As missões da 'cultura' e da 'política': confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)". *Estudos Históricos*, 32: 125-144.
- DA ROS, César. (2012), *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro, Garamond.
- FIGUEIREDO, Osório Santana. (1985), *Cooperativa Rural Gabrielense Ltda: 50 anos de história*. Porto Alegre, Metrópole.
- GARCIA JR., Afrânio. (2007), "Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964)". *Ciências Sociais*, 2 (28): 73-87.

- _____. (1989), *O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo/Brasília, Marco Zero/UnB/MTC-CNPq.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. (1998), *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, UFRGS.
- GRILL, Igor Gastal. (2003), *Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS.
- HEINZ, Flávio Madureira. (1996), *Les fazendeiros a l’heure syndicale: representation professionnelle, interets agraires et politique au Brésil, 1954-1967*. Tese de doutorado. Nanterre, Université de Paris X.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir & LEITE, Sergio Pereira. (2010), “Sociedade e Economia do ‘agronegócio’ no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25 (74): 159-196.
- LEWIN, Linda. (1993), *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro, Record.
- LOVE, Joseph L. (1975), *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva.
- MAUSS, Marcel. (2007), *Essai sur le don*. Paris, Presses Universitaires de France.
- MICELI, Sergio. (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo, Difel.
- MINTZ, Sidney W. (2003), *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org. Christine Rufino Dabat. Recife, Edufpe.
- MOORE JR., Barrington. (1983), *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo, Martins Fontes.
- PESAVENTO, Sandra. (1980), *RS: a economia e o poder nos 30*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PICCIN, Marcos Botton. (2012), *Os senhores da terra e da guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp.
- PIMENTEL, Fortunato. (1941), *Aspectos gerais de São Gabriel*. Porto Alegre, Gundlach.
- PINÇON, Michel & PINÇON-CHARLOT, Monique. (2007), “Sociologia da alta burguesia”. *Sociologias*, 18: 22-37.
- _____. (2006), *Grandes fortunes: dynastie familiales et formes de richesse en France*. France, Payot/Rivages.
- SEIDL, Ernesto. (1999), *A espada como “vocaçãõ”: padrões de recrutamento e de seleção das elites do exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, UFRGS.
- SILVA, Aristóteles Vaz de Carvalho e. (1963), *São Gabriel na história: o drama da fronteira*. Porto Alegre, Cital.

- STEINER, Philippe. (2006), *A sociologia econômica*. São Paulo, Atlas.
- STOLCKE, Verena. (1986), *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense.
- SWEDBERG, Richard. (2004), "Sociologia econômica: hoje e amanhã". *Tempo Social*, 16 (2): 7-34.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (1978), *Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, Hucitec.
- VERRÍSSIMO, Érico. (1951), *O tempo e o vento*. Parte 2: *O Retrato*. São Paulo, Globo.
- _____. (1987), *Galeria fosca*. Rio de Janeiro, Globo.
- VIANA, João Garibaldi Almeida *et al.* (2009), "Evolução dos preços históricos da Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: tendência e comportamento dos preços em nível do produtor e consumidor". *Ciência Agrotecnologia*, 4 (33): 1109-1117.
- ZALIO, Pierre-Paul. (2004), "Territoires et activités économiques: une approche par la sociologie des entrepreneurs". *Genèses*, 56: 4-27.
- ZWEIG, Stefan. (1941), *Brasil, país do futuro*. Rio de Janeiro, Guanabara.

Resumo

Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha: trajetórias sociais e investimentos escolares

O artigo analisa os significados dos investimentos em relações sociais e em títulos escolares da elite estancieira – grande proprietária de terras – no Rio Grande do Sul, entre 1930 e 1980. Ao contrário das principais elites agrárias no país, os estancieiros possuem uma trajetória coletiva de ascensão tanto econômica como política no período em questão. Nesse contexto, tais investimentos foram uma estratégia de aumento do capital simbólico e não uma estratégia para fugir do descenso social e reverter trajetórias por causa da crise econômica dos domínios fundiários de suas famílias. Nessa investigação se fez uso da observação direta para geração de dados etnográficos, entrevistas e pesquisa documental e genealógica.

Palavras-chave: Elites rurais; Patronato rural; Estancieiros; Rio Grande do Sul.

Abstract

Access to positions of power by the ranchers elite in Rio Grande do Sul: social trajectories and educational investments

This article analyses the meanings of the investments in social relations and school titles of the large landowners, ranchers elite, in Rio Grande do Sul, between 1930 and 1980. Unlike the main agrarian elites in the country, the ranchers have a collective journey of both economic and political rise during the period in question. In this context, these investments constituted a strategy to increase the symbolic capital, and not a strategy to

Texto enviado em 27/1/2014 e
aprovado em 24/3/2015.

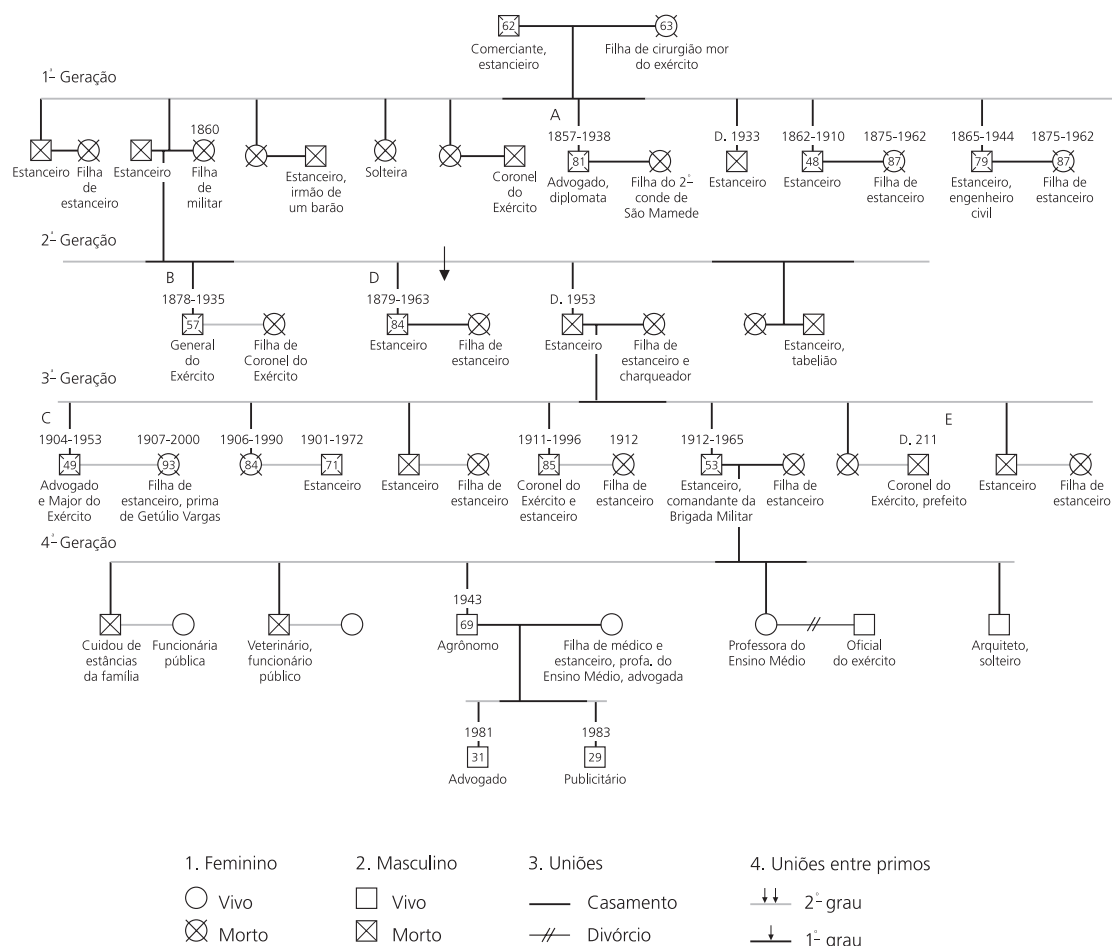
DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-20702015214>.

Marcos Botton Piccin é doutor em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor-adjunto no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, do programa de Pós-graduação em Extensão Rural e do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: marcospiccin@gmail.com.

escape the social decline and reconvert trajectories due to the economic crisis of the landed domains of their families. In this investigation direct observation was used to generate ethnographic data, interviews and documentary and genealogical research.

Keywords: Rural elites; Rural employers; Ranchers; Rio Grande do Sul.

Anexo A – Fluxograma genealógico: linhagem Assis Brasil



Anexo B – Fluxograma genealógico: linhagem Prates Bento Pereira

